

## De olho na <sup>Amazônia (região)</sup> Amazônia

**G**rupos empresariais da China, Malásia e Coréia buscam países de mão-de-obra barata e legislação ambiental falha para instalar as filiais de suas madeireiras. Elegeram, entre as fontes de exploração em potencial, o Brasil, onde conta também com a mão-de-obra barata. Somente uma das empresas, a malaia WTK, já comprou 1,2 milhão de hectares às margens do Rio Juruá, em Carauari, no Amazonas. Há, pelo menos, três companhias asiáticas com sedes já instaladas em Manaus.

Elas já são proprietárias de várias serrarias nacionais. Esse avanço incentivou a criação de uma comissão da Câmara dos Deputados para averiguar a atuação dessas empresas no Brasil. Os parlamentares já sabem, de antemão, que há mistérios nas transações, sobre as quais nem o Ibama tem detalhes. Se essa falta de controle se confirmar, comprova-se que os asiáticos tinham razão de incluir o País entre os campos de fácil domínio.

O Brasil poderá se ver na situação vivida hoje pela Guiana. Lá, a produção de toras quintuplicou nos últimos cinco anos, mas o retorno financeiro ao país em 1995 não chegou a US\$ 1 milhão. Uma cifra ridícula se comparada com o faturamento de uma única empresa asiática que transformou as árvores da Guiana em compensado de madeira e recebeu US\$ 30 milhões com exportações. Em 5 anos, os

grupos asiáticos se tornaram donos de 17,4% das florestas guianas. A velocidade com que atuam deve ser levada em conta pelo governo brasileiro. A ação tardia da fiscalização e o atraso na adequação da legislação ambiental podem trazer prejuízos irreversíveis

ao meio ambiente, às empresas nacionais e à própria segurança, já que atuam nas fronteiras. A Guiana instituiu a moratória de três anos até que se crie uma política ambiental sólida. Tenta, pelo me-

nos, bloquear a expansão acelerada do prejuízo que acumula. Melhor se o Brasil evitar as causas do problema, enquanto é um mercado que responde por

apenas 7% das exportações mundiais. Melhor impedir o acesso de empresas estrangeiras às suas florestas enquanto não houver legislação eficiente e fiscalização adequada para que se garanta a extração bem planejada, produtiva e sustentável. Depois que a desproporção entre o poder de fiscalização do País e o de investimento dos grupos empresariais se estabelece, tudo fica muito mais difícil.

É preciso combater toda a extração ilegal de madeira, nacional ou internacional, assim como o manejo mal planejado. O Ibama já conseguiu que pelo menos duas dezenas de empresas pequenas e médias brasileiras explorem a madeira de forma sustentável. Mas ainda há muito o que fazer. Um estudo do Fundo Mundial para a Natureza

(WWF) mostra que 27 árvores de valor comercial são danificadas para cada unidade extraída e, no processamento, se perde até 50% da madeira útil. Os asiáticos, apesar do domínio do mercado, mantêm o mesmo mecanismo de exploração arcaico dos nativos ou compram a madeira de terceiros, sem a mínima preocupação com as formas de exploração. Na Amazônia, para cada árvore comercializada, cem são derrubadas. Há, diante de nós, exemplos dos prejuízos a que estamos arriscados. Melhor agir mais rapidamente do que eles.